



Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quinta-feira	Salário mínimo R\$ 1.412	Euro Comercial, venda na quinta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,9% São Paulo	125.269 128.660 5/8 6/8 7/8 8/8	R\$ 5,574 (- 0,9%) Últimos 2/agosto 5,709 5/agosto 5,741 6/agosto 5,657 7/agosto 5,625		R\$ 6,085	10,40%	10,42%	Fevereiro/2024 0,83 Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38 Maio/2024 0,46 Junho/2024 0,21

ARRECADAÇÃO

Polêmico, o projeto de lei que regulamenta os jogos de azar no país foi tema de um debate acalorado no Senado. Os que defendem a legalização argumentam que haverá aumento de divisas. Os contrários, temem crimes como lavagem de dinheiro

Senadores divergem sobre PL dos cassinos

» PEDRO JOSÉ*
» FERNANDA STRICKLAND

O projeto de lei (PL) nº 2.234 de 2022, conhecido como PL dos cassinos, que regulamenta os jogos de azar no Brasil, será votado no Senado após as eleições municipais de outubro. A decisão de adiar a análise da matéria foi resultado da reunião de líderes, ontem.

Aprovado em junho na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado com uma votação apertada, com 14 votos a favor e 12 contra, o projeto foi intensamente debatido, ontem, em uma sessão temática no plenário da Casa. O relator, senador Irajá (PSD-TO), que defende o texto, tentou convencer os seus pares quanto aos ganhos ao país, com o aumento da arrecadação e a atração de turistas estrangeiros.

Irajá afirmou, ainda, que regulamentar os jogos e apostas poderá dar fim aos jogos clandestinos no país. O relator defendeu a legalização alegando que países democráticos que fizeram a regulamentação, obtiveram resultado positivo. “Se levar em conta os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), somente a Islândia não aderiu à legalização. Já no G20, apenas Brasil e Indonésia ainda o fizeram”, argumentou.

Irajá enfatizou que o Brasil está posicionado fora da rota turística internacional dos jogos legalizados, cassinos, bingos e outros jogos, enquanto países semelhantes estão sendo beneficiados. “Nós não podemos perder essa oportunidade de geração de emprego e renda. O PL prevê a geração 1,3 milhão de novos empregos e arrecadar bilhões de reais por ano”, disse.

“Todos os jogos, sem exceção, estão presentes na rotina dos brasileiros há séculos, o jogo do bicho por exemplo foi inventado em 1892. Há décadas, bingos e cassinos funcionam de forma ilegal e clandestina, sem nenhum tipo de imposto recolhido ou proveito revertido para a população. O jogo faz parte da cultura dos brasileiros, inclusive da igreja, onde é comum a instituição promover bingos e rifas”, argumentou o senador.

O projeto de lei conta também com a exigência de que cassinos somente aceitem pagamento via Pix ou cartão de débito. O senador ressaltou que empresas serão proibidas de oferecer modalidade de empréstimos aos participantes, para evitar o vício. Também seria proibido o



jogo em espécie, como precaução contra possível sonegação de imposto, para que órgãos possam fiscalizar a partir de transações que são feitas somente com o CPF do jogador.

“Hoje, a cada um turista que o Brasil recebe, três brasileiros viajam para o exterior, mesmo sendo um das maiores economias mundiais, está na 50ª posição no ranking mundial de países visitados, atrás de países como a própria Argentina. O PL prevê o salto de 6,3 milhões de turistas anuais, para 12 milhões em 5 anos”, contabilizou Irajá.

Oposição

A oposição teme que a legalização de cassinos possa aumentar problemas como lavagem de dinheiro, narcotráfico e criminalidade. O senador Eduardo Girão (Novo-CE) alertou para o vício em jogos e a possibilidade do aumento de crimes

como lavagem de dinheiro e exploração da prostituição.

Girão também citou a pesquisa Datafolha, mostrando que 17% dos beneficiários do Bolsa Família disseram ter apostado ou já terem feito apostas esportivas on-line. Segundo a pesquisa, 30% dos entrevistados relataram gastar ou ter gasto mais de R\$ 100 por mês. Ele também citou o livro *gambling in america*, que diz que a cada 1 dólar arrecadado com tributos, são gastos 3 socialmente como consequência nos Estados Unidos.

“A nossa nação ainda é respeitada lá fora por não ter liberado drogas, maconha. Grande parte do mundo já liberou o aborto, e o Brasil se mantém um símbolo nacional de resistência”, disse Girão, ao criticar a legalização de jogos.

O PL dos Jogos de Azar foi aprovado pela Câmara dos Deputados, no primeiro semestre de 2022, e, agora, passa

pela análise dos senadores. Em junho, a proposta foi aprovada pela CCJ da Casa. Em discussão entre os parlamentares há mais de 30 anos, o projeto prevê, além de cassinos em resorts e hotéis de alto padrão, a legalização do jogo do bicho e de bingos em hipódromos de corridas de cavalo.

Ministério da fazenda

O governo ainda não se posicionou, oficialmente, sobre o projeto e permitirá que seus aliados decidam conforme sua própria opinião. Do ponto de vista regulatório, Régis Dudena, secretário de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, afirmou que, como representante do órgão regulador de jogos e apostas, defende a regulamentação.

“A conclusão é que é possível que esse projeto traga oportunidades, externalidades positivas. Parece-me, sim,

que teremos a geração de empregos diretos e indiretos e é possível dizer que haverá um incremento de arrecadação de impostos. Haverá atração de investimentos, inclusive, investimentos internacionais que não entrariam no país, caso não houvesse esse novo setor”, opinou.

Por outro lado, o secretário lembrou que há possíveis “externalidades negativas” e que o projeto precisa continuar sendo debatido do ponto de vista regulatório. “Há questões econômicas gerais, que devem ser levadas em consideração, como cuidados na captação da poupança popular ou os cuidados específicos relacionados ao setor, sobretudo em sua interação com outros setores econômicos, principalmente o sistema financeiro nacional”, ponderou.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

MERCADO DE TRABALHO

Jovem Aprendiz atinge recorde

» RAPHAEL PATI

Entre janeiro e junho de 2024, mais de 58 mil jovens foram contratados em todo o país para ter a primeira experiência profissional com carteira de trabalho assinada, como prevê a Lei do Jovem Aprendiz (nº 10.097/2000). O resultado é considerado o maior de toda a série histórica para o período e superou em 8,39% o saldo registrado no primeiro semestre do ano anterior, quando cerca de 54 mil jovens ingressaram na carreira.

No fim de junho, o número de vínculos ativos de jovens aprendizes em todo o país atingiu 614 mil, levemente inferior ao resultado de maio, quando mais de 615 mil brasileiros trabalhavam nesta modalidade, e que ainda é considerado o recorde para um mês desde a criação da lei. Os dados, obtidos pelo **Correio**, são do Ministério

do Trabalho e Emprego (MTE).

A explicação para a queda do número de jovens aprendizes de maio para junho se deve a questões sazonais, de acordo com a pasta. Isso ocorre porque, nesta época do ano, há, historicamente, um número maior de desligamentos, devido à chegada das férias escolares do meio do ano. Também se deve ao fato de que muitos contratos se encerram justamente com o fim do semestre letivo.

Dos mais de 614 mil jovens aprendizes em todo o país, 66,3% têm entre 14 e 17 anos, enquanto 51,7% cursam o ensino médio. Além disso, mais da metade (52,6%) desse público são mulheres. O MTE reforça que a lei é uma das principais políticas públicas que combatem a evasão escolar e permite que mais jovens entre 14 e 24 anos ingressem no mercado de trabalho.

A Lei 10.097 foi sancionada em 2000

pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso e estabelece um percentual mínimo e máximo para a proporção de jovens aprendizes dentro de uma empresa. A legislação prevê que esse público deve representar entre 5% e 15% do total de funcionários cujas funções requeiram formação profissional.

Para ser aprendiz, o jovem deve ter entre 14 e 24 anos, além de frequentar a escola. A qualificação profissional é realizada em contraturno aos estudos em área condizente com a atividade que o estudante deve executar na empresa contratante.

Entre os direitos garantidos a esse público estão todos os direitos trabalhistas, como salário-mínimo proporcional, FGTS, 13º salário, vale-transporte e férias coincidentes com as escolares. O prazo de contrato é de, no máximo, dois anos.

Alexandre Maciel/Divulgação Ciec



Mais de 58 mil jovens aprendizes foram contratados no primeiro semestre de 2024